

A globalização da investigação em Ciências Sociais: o caso dos estudos de comunicação no espaço ibero-americano e lusófono¹

The globalization of research in Social Sciences: the case of communication studies in the ibero-american and lusophone space

■ ISABEL FERIN CUNHA *

RESUMO

Neste artigo discutimos, dentro de uma perspectiva eurocêntrica, as mudanças trazidas pela globalização no contexto da pesquisa em Ciências Sociais (Appadurai, 2001; Meneses e Santos, 2011) e refletimos sobre os desafios epistemológicos decorrentes dessas mudanças, com foco na área de Ciências da Comunicação na Ibero-américa e no espaço lusófono (Melo, 2011; Barros, 2011). Discutimos também a hegemonia de um pensamento único em Estudos de Comunicação estabelecido na pesquisa ocidental, e questionamos sua capacidade de interpretar e oferecer “soluções” para os desafios locais e regionais.

Palavras-chave: pesquisa, Ciências Sociais, globalização, Comunicação, epistemologia, espaço lusófono e ibero-americano

ABSTRACT

In this paper we discuss, within an Eurocentric perspective, the changes brought by globalization in the context of research in Social Sciences (Appadurai, 2001; Meneses e Santos, 2011). Then we reflect on the epistemological challenges arising from these changes, focusing on the field of Communication Science in Ibero-American and Lusophone space (Melo, 2011; Barros, 2011). We also discussed the hegemony of a unique thought in Communication Studies established inside the Western research, and questioned its capacity to interpret and offer “solutions” to local and regional challenges.

Keywords: research, Social Sciences, globalization, Communication, epistemology, ibero-american and lusophone space

* Professora Associada, com agregação, da Universidade de Coimbra. Pós-Doutora pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) de Paris, França. E-mail: barone.ferin@gmail.com.

1. A revista MATRIZES optou por manter o texto original, sem adaptações do Português de Portugal.

INTRODUÇÃO

ESTAMOS NO ANO de 2012 e aquilo que, na perspectiva europeia, se imaginara como globalização, no final da década de noventa, transformou-se radicalmente. A partir do início do milênio, assistimos ao declínio da presença do ocidente na cena internacional e a emergência de novas potências globais e regionais. Em 2007, antes da eclosão da crise financeira que afetou de modo particular a Europa exposta aos lixos tóxicos dos bancos americanos, Anthony Giddens publicou um livro intitulado *Europe in a Global Age*. Este trabalho, resultante de um relatório encomendado pela Comissão Europeia à plataforma *Policy Network*, tinha como objetivo desenhar novas políticas, fundamentalmente econômicas e sociais. Giddens centrou a sua análise no chamado Modelo Social Europeu (MSE), que considerava ser na modernidade a maior contribuição para a globalização, na medida em que apontava para a universalização da cidadania plena e de direitos sociais e econômicos. No mesmo relatório foram elencados os principais problemas que a Europa enfrentava: a demografia (envelhecimento e baixa natalidade); a produtividade e competitividade (decorrente de bloqueios corporativos); políticas macroeconômicas comuns; crescente incapacidade de inovar. O eclodir da crise nos mercados internacionais em 2008, após a bancarrota do banco americano *Lehman Brothers*, veio agravar muitos destes problemas numa União Europeia política e econômica alargada (27 países e cerca de 500 milhões de habitantes) onde os países do sul se encontram sob intervenção financeira. Assim, o ano de 2010 marca o progressivo retrocesso do MSE não só naquelas nações, mas na generalidade de todos os países europeus, com impactos diretos em indicadores como a saúde, a proteção social e a educação, afetando a capacidade de inovação científica e empresarial².

2. Cfr: Apesar dos sucessivos planos de apoio, a média de inovação empresarial nos países que integram a OCDE não ultrapassa 39% (Eurostat, 2010).

O clima de progressiva desmobilização europeia face aos desafios da globalização está presente na constatação que Boaventura de Sousa Santos faz numa entrevista concedida à Revista *Análise Social*:

Porque, trabalhando parte do ano nos Estados Unidos, posso dizer-vos que na área das Ciências Sociais são cada vez mais raras as ideias novas. As ideias novas que vão surgindo nos departamentos de sociologia vêm muitas vezes das experiências dos estudantes oriundos da América Latina, da África e da Ásia, ideias que depois são aproveitadas e elaboradas até ao paroxismo da complexidade ou do detalhe (Santos; Jerónimo; Neves, 2012: 692).

O agravamento da crise financeira entre 2010 e 2012 que atingiu particularmente os países europeus chamados periféricos – Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália – e exigiu solidariedades ativas das nações centrais

– França, Alemanha, Inglaterra – acentuou os debates sobre o futuro da Europa e abriu espaço nesses países a correntes de pensamento político complementares e alternativas à integração europeia. Os novos rumos da globalização refletem-se, por sua vez, nas reuniões do G8 e do G20 onde a supremacia europeia e norte-americana está sofrendo uma crescente contestação, a qual não significa apenas uma vontade dos países emergentes partilharem as responsabilidades na conduta dos destinos mundiais mas, também, uma disputa pela hegemonia de modelos alternativos: econômicos, políticos e simbólicos.

Todos estes elementos têm levado a que os relatos sobre o mundo adquiram novas centralidades, não só nacionais – designadamente em países como a China, a Índia e o Brasil – como regionais – na América Latina – originando renovadas e revigoradas configurações geopolíticas, onde se pode incluir o espaço ibero-americano e lusófono. Assinalamos que no seio desta reconfiguração geoestratégica se encontram vários países em ascensão na cena internacional: o Brasil e o México, países emergentes na globalização, e Angola, com crescente afirmação regional.

Como refere José Márcio Barros, a globalização reforçou e atualizou “os modelos narrativos e classificatórios” (2012: 149-158), que reforçando as semelhanças entre povos, regiões e países, vieram privilegiar as diferenças e novas geometrias de interesses.

Neste paradoxo da diversidade, reconstruímos e fortalecemos narrativas de bases étnicas, comunitárias e tradicionais... Mas também atualizamos modelos de leitura da história, reconstruindo os sentidos de fronteiras e fluxos que antes se constituíram nos processos de colonização e hoje são reconfigurados como expressão de princípios e práticas de cooperação (Barros, 2012: 149).

Para estas mudanças muito têm contribuído dois fenômenos: as migrações humanas e as migrações mediáticas. As primeiras impulsionadas por movimentos espontâneos, muitas vezes organizados por redes familiares, étnicas e não raras vezes criminais, que procuram responder às aspirações legítimas de populações que almejam melhorar as suas vidas. As segundas, derivadas da expansão das telecomunicações, da circulação de conteúdos audiovisuais e da generalização da internet que tendem a reforçar os contatos ao nível local, nacional e transnacional, com base na língua e na partilha de imaginários culturais (Barker, 1997).

Com estes pressupostos propomos uma reflexão sobre a globalização das Ciências Sociais e Humanas, tendo com foco a pesquisa em ciências da comunicação no espaço ibero- americano e lusófono.

GLOBALIZAÇÃO DA PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Appadurai no texto sobre Globalização, publicado em 2001, salienta que são múltiplos, na perspectiva dos pesquisadores, os desafios que se colocam à investigação globalizada em Ciências Sociais e Humanas, provocando uma ansiedade no mundo acadêmico. Entre os fatores que maior ansiedade provoca estão aqueles que exigem fluxos constantes de produção, contrariando o tempo de reflexão inerente à pesquisa e à descoberta. A contaminação das ciências sociais humanas por metodologias utilizadas nas ciências exatas e aplicadas, nas últimas décadas, tem vindo a provocar a industrialização da produção, os métodos de disseminação de resultados, o controlo de qualidade e validação e as rotinas do fazer daquelas ciências. Trata-se de procedimentos novos, que alteraram substancialmente as rotinas dos pesquisadores e das instituições desta área provocando inseguranças, na medida em que a produção é mensurada em função da quantidade e não da qualidade. Nesta aferição, os indicadores individuais e coletivos são avaliados recorrendo a métodos estatísticos e à ferramentas bibliométricas, pelas quais as citações adquirem grande relevância.

Associado a este aspeto está a disseminação dos resultados da pesquisa que adquiriu, nas Ciências Sociais e Humanas, novos contornos com as novas tecnologias e o *marketing* académico. Se até aos anos noventa do século passado as aulas, seminários, conferências e, posteriormente, os livros e artigos eram os grandes veículos de divulgação, a partir de então, o sistema de disseminação alterou-se profundamente. Surgem, por um lado, os *sites* especializados localizados por motores de busca globais que identificam autores e temas específicos, obedecendo a critérios não explicitados desses dispositivos. Por outro lado, as instituições públicas e privadas – universidades, centros de pesquisa, editoras etc – investem massivamente na divulgação dos seus professores e investigadores, bem como na disseminação dos seus trabalhos com vista a obter visibilidade e aumentar a sua capacidade de atração de alunos, pesquisadores, leitores, *sponsors* etc. O aumento da variedade de produtos advindos da pesquisa e a disseminação dos resultados gerou a adoção de padrões metodológicos e a organização de aferição do controlo de qualidade, dentro daquilo que se poderá chamar *paradigma dominante* numa perspectiva de *ciência normal*, isto é, consensualizada. Em simultâneo as rotinas de produção encontram-se, de uma maneira geral, cada vez mais convencionadas e balizadas a um fazer consolidado de ciência tendo dificuldades em encontrar metodologias que possam *dar conta* de novos fenômenos e acontecimentos. Referimos, por exemplo, o recurso a métodos estatísticos e classificatórios já utilizados e às dificuldades de *introduzir* no circuito das Ciências Sociais e Humanas, aspetos metodológicos inovadores com vista a apreender fenômenos inesperados.

Acresce a estes fatores o *crescimento e alargamento do mercado do conhecimento* que constituiu, por si só, um novo fator de ansiedade na globalização da pesquisa. A globalização permitiu a entrada de novos espaços geográficos nos circuitos científicos, acadêmicos e universitários, aumentando o número de atores e consumidores envolvidos. Por outro lado, identificou novos objetos de pesquisa e estimulou o surgimento de novos produtos com potencialidade para circular globalmente. Assim como as tecnologias produzem objetos que se substituem e se ultrapassam em performances (um iPhone 4 é substituído por um iPhone5, que será provavelmente trocado por um iPhone6), o mercado de conhecimento tende a eleger como prioritários, numa velocidade crescente, novos objetos e temáticas.

A expansão deste mercado das Ciências Sociais e Humanas gerou, no ocidente, lutas pelo domínio do campo (entre regiões, países, instituições e acadêmicos), assim como instituiu privilégios na distribuição de *dividendos*, tais como citações de produção majoritariamente centrada em pesquisadores e acadêmicos *do centro* – leia-se, pertencentes a países e instituições hegemônicas que utilizam a língua inglesa – domínio deste grupo nos comitês científicos da área e na organização de eventos, apagamento de temáticas que não estejam relacionadas com os interesses ou preocupações deste centro. Mesmo os estudos pós-coloniais, cuja raiz é inglesa, advêm da reflexão e contraposição a uma realidade do *centro* que não foi partilhada, por exemplo, pelo colonialismo ibérico o qual deve ser sujeito a uma leitura diferenciada, como propõe Santos (2002), que poderá explicar alguma identidade comum na ansia de uma globalização contra-hegemônica.

Estes fatores são, em si, contraditórios e fazem com que haja, por um lado, uma dimensão democrática na investigação, uma universalização do acesso à pesquisa e aos fenômenos pesquisáveis que põem em questão as tradicionais formas de fazer e validar ciência, mas por outro, há uma crescente fragmentação e distribuição desigual de recursos no que toca ao ensino, à aprendizagem e à crítica cultural. Esta dicotomia é válida a diversos níveis – ao nível local e regional, ao nível nacional e entre países, mas também entre regiões e continentes – o que significa que nem todos os cientistas sociais têm acesso aos mesmos recursos e aparatos científicos e metodológicos. Convém lembrar ainda que a ciência, em geral, é uma atividade que envolve uma sociedade civil internacional e uma comunidade de atores individuais e institucionais, possuidora de um conjunto de teorias e práticas altamente hierarquizadas, estruturadas e definidas. Esta sociedade civil internacional apresenta uma enorme mobilidade física e virtual, permitindo que se instaurem novas formas criativas de pesquisa e se repense os objetivos, finalidades e sentidos das mesmas.

D

A globalização da investigação em Ciências Sociais: o caso dos estudos de comunicação no espaço ibero-americano e lusófono

Como destaca Appadurai (2001), a entrada de novos atores no campo da pesquisa em Ciências Sociais e Humanas ampliou o papel da imaginação científica que incita, tal como as novas tecnologias, ao cruzamento de fronteiras e ao diálogo entre disciplinas, pondo em causa as epistemologias disciplinares e propondo novas formas de conhecimento. O princípio do autoconhecimento e da ruptura face às práticas e conhecimentos consolidados são, por isso, valorizados, num momento em que coexistem muitas *realidades* e visões sobre um mundo em acelerada mudança.

A entrada de outros países e regiões nos fóruns internacionais, tais como nas associações internacionais de pesquisadores em domínios específicos das Ciências Sociais e Humanas, tem originado a abertura de novas seções nas quais se encontram acantonadas as temáticas dos países emergentes da globalização, que funcionam como *mostras* de novos produtos e conteúdos. Nestes fóruns globais é notório o domínio de um *star system* académico anglo-saxónico, em permanente *roadshow*, que independentemente da partilha dos cargos burocráticos das associações e das organizações de pesquisa mantém o controle do conhecimento *valorado*.

O conhecimento científico e académico é cada vez mais um elemento da economia, dita do conhecimento, alimentando como matéria-prima não só indústrias culturais, criativas, de informação e comunicação, como também indústrias paralelas de serviços, como o turismo. Destacamos que a investigação em ciências sociais e humanas se orienta para um mercado sofisticado de edição e divulgação, que incorpora progressivamente novas competências tecnológicas digitais, ao mesmo tempo em que fundamenta um conjunto de produtos específicos direcionados para a pesquisa académica, tais como *softwares* de análises qualitativas e quantitativas, de análise de imagem ou de produtos *online*. Os grandes eventos científicos como congressos, seminários, colóquios nacionais e internacionais movimentam centenas e milhares de pessoas, que aproveitando as *mostras* de conteúdos científicos e as oportunidades de contactos para a manutenção ou instauração de redes académicas e de pesquisa, desfrutam de suficiente poder de compra e disponibilidade de tempo, para impulsionar o turismo global.

A globalização da investigação em Ciências Sociais e Humanas exige investimentos constantes e continuados, ao mesmo tempo em que demanda o treinamento de equipas altamente sintonizadas com o paradigma dominante e a forma consensualizada de fazer ciência, na terminologia de Kuhn diríamos ciência normal (1972). Lembramos que a ciência é, igualmente, uma instituição social, estando associada às vicissitudes contextuais da História. Neste sentido, os procedimentos científicos, obedecendo a padrões e a regras

estritas, vão criando situações de inconformismo e de incapacidade de resposta perante novos fenômenos, originando crises e rupturas nos padrões habituais de interpretação e resolução de problemas. Recuperar a discussão de Kuhn (1972) sobre a ideia de ciência normal, o conceito de paradigma (dominante, emergente e crise do paradigma) e as vicissitudes das rupturas e revoluções científicas, permite contextualizar o processo de produção de conhecimento na globalização. Para aquele autor, a ciência normal define-se como um campo de pesquisa cujos fundamentos são aceitos durante algumas gerações, angariando seguidores e partidários. A partir de certo momento, o paradigma – conjunto de crenças, regras e práticas explicativas – parece não conseguir explicar os fenômenos que entretanto emergiram no seu campo de estudos, tendo como consequência o despontar de uma nova fase da ciência pautada pelas descobertas (novidades relativas a fatos) e invenções (novidades referentes à teoria) que desembocam na crise do paradigma dominante, na rutura da ciência normal e na emergência de uma revolução científica (Kuhn, 1972). A compreensão da ciência como um empreendimento em construção e em constante atualização concorre para estimular a pesquisa dentro do paradigma produtivista e quantitativo anteriormente referido. A mesma conceção alimenta, também, os mecanismos produtivistas da máquina burocrática e administrativa que está associada às universidades e à pesquisa, contribuindo para a consolidação das tecnologias de avaliação e aferição de resultados, bem como para a proliferação de especialistas, avaliadores e gestores de programas, concursos, aplicações, etc. Este *establishment*, na generalidade extremamente bem pago, constitui uma estrutura que *parasita* sobre a pesquisa e julga, muitas vezes sem nunca ter feito, as competências e habilidades inerentes ao corpo de pesquisadores e ao campo da investigação. Os critérios de avaliação, nem sempre transparentes, envolvem a avaliação da pertinência dos objetos de pesquisa, nomeadamente a identificação de *problemas*, *fenômenos* ou fatos que tenham capacidade de circular e serem consumidos no mundo acadêmico globalizado; o desenho de um estado de arte, através da análise de uma bibliografia convenientemente consensualizada; os enquadramentos teóricos e conceituais dentro da área de desenvolvimento da pesquisa.

O processo que descrevemos é, à partida, desigual, nem todos os países têm a mesma disponibilidade para alocar fundos a estes objetivos e, dentro dos países, nem todas as regiões as mesmas capacidades. Os países mais frágeis economicamente tendem a destinar à ciência e à pesquisa uma percentagem menor do orçamento, privilegiando a investigação que aparentemente resulte em ganhos de competitividade na economia e na indústria. Dentro dos países há regiões mais carentes em capital econômico e cultural. As Ciências Sociais

D

A globalização da investigação em Ciências Sociais: o caso dos estudos de comunicação no espaço ibero-americano e lusófono

e Humanas estão invariavelmente condenadas a um subfinanciamento, quer nos países do centro quer da periferia, mas num contexto de globalização estas condicionantes adquirem uma disparidade geométrica. Acresce que o financiamento das Ciências Sociais e Humanas está muito mais dependente de políticas e de agências de financiamento públicas, ressentindo-se hoje, em todos os países, nomeadamente na Europa, do conservadorismo político dominante.

A globalização da investigação não atribui também de forma instantânea a todos os intervenientes a possibilidade de colocar no mercado do conhecimento os fenómenos que eleger como objeto de estudo. Assim, quer ao nível deste mercado, quer das instituições intervenientes, ou ainda dos atores dominantes, é possível identificar uma hierarquia de interesses pelos fenómenos dignos de gerar conhecimento, que implica no desinteresse por determinados fatos que são considerados inerentes à periferia e não centrais. O domínio do inglês e a proximidade ao centro *anglo-saxónico* tem sido determinante para o reconhecimento dos objetos de pesquisa e dos resultados alcançados. Ao mesmo tempo, um tema da periferia tenderá a entrar no domínio do conhecimento global por meio de agentes do centro ou por agentes que dominem as rotinas do fazer da ciência, inerente ao centro.

Neste sentido, a globalização da investigação em Ciências Sociais e Humanas está vinculada à globalização dominante, ao centro do conhecimento anglo-saxónico e à indústria de conhecimento gerida por este centro. As mobilidades da pesquisa, as redes de pesquisa, as avaliações internacionais, os grandes encontros científicos internacionais patrocinados pelas associações globalizadas, tendem a sancionar e a acentuar *a boa assimilação* e *a boa reprodução* das matrizes do pensamento hegemónico anglo-saxónico sobre as Ciências Sociais e Humanas, assim como sobre as ciências da comunicação, legitimando o *pensamento único* científico e epistemológico.

Um bom exemplo desta dominação consentida é a divulgação da carta da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) em Portugal, em outubro de 2012, informando que tinha encomendado ao *Centre for Science and Technology Studies* (CWTS), da Universidade de Leiden, um estudo bibliométrico relativo às instituições atualmente financiadas pela FCT. O objetivo era obter um mapeamento de todas as contribuições científicas resultantes (*outputs*) do seu financiamento a nível nacional, através da análise da produção científica de cada uma das instituições recetoras. Este estudo teria como base, inclusive nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, a lista das referências bibliográficas incluídas na *WoS - Web of Science* (e exclusivamente estas).

A polémica, seguida da aceitação, que se instaurou em torno deste tipo de avaliação, demonstra as instâncias e os objetivos do processo de globalização da

investigação científica dominante, mas também a possível resistência que um pequeno país, como Portugal, consegue empreender. É evidente que os centros de investigação portugueses em Ciências Sociais e Humanas, financiados pela FCT, contestaram esta forma de avaliação, impugnando a validade dos estudos bibliométricos nesta área de conhecimento; o domínio de padrões de aferição fundados apenas nas referências inseridas na *web of science*; a irrelevância concedida a outras publicações como livros e capítulos de livros, mesmo que publicados em editoras conceituadas e recorrendo a *blind peer review*; bem como apagamento que este tipo de avaliação faz das publicações presentes no *European Reference Index for Humanities*. Apesar da carta enviada pelos centros de investigação em Ciências Sociais e Humanas à FCT denunciar de forma contundente o domínio da empresa Thomson Reuters que organiza a *WoS*, que apenas inclui editoras que lhe são associadas, ignorando outras publicações teóricas com arbitragem com indexação como *SCImage* e *Scopus*, o processo seguiu o seu rumo.

É neste contexto, também, que se pode compreender a observação crítica de Santos à generalidade dos cientistas sociais portugueses, acusando-os de ignorarem ou renegarem a situação *semiperiférica e ambígua de Portugal* e assumirem comportamentos de *Primeiro Mundo*, não tirando partido da situação de entre mundos (Santos; Jerónimo; Neves, 2012: 692).

Estas reflexões adquirem especial pertinência nos estudos sobre a Comunicação no espaço ibero-americano e lusófono que é, dentro das Ciências Sociais e Humanas, um campo de estudos em transformação que constituiu um corpo teórico e metodológico autónomo, fundamentalmente advindos da teoria social clássica. Estes estudos estruturaram-se em torno da Comunicação, conceito polissêmico e polémico que envolve múltiplas abordagens, podendo surgir sob a forma de objetos concetuais, fenômenos sociais, processos de interação complexos, dispositivos tecnológicos ou todos estes elementos em convergência. A fluidez ou diversidade dos objetos, a pluralidade de saberes (disciplinas) e estratégias (metodologias e métodos), que podem ser mobilizadas no ato de conhecer do sujeito epistemológico, levam a enfatizar a validade destes estudos, como um campo autónomo de saber.

O ESPAÇO IBERO-AMERICANO E LUSÓFONO DA COMUNICAÇÃO

Em 2011, na abertura do CONFIBERCOM (Confederação Ibero-Americana de Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação), o professor José Marques de Melo, reescrevendo a história das associações de pesquisadores e cientistas de comunicação e as lutas travadas pelo domínio do campo e da

D

A globalização da investigação em Ciências Sociais: o caso dos estudos de comunicação no espaço ibero-americano e lusófono

primazia epistemológica, refere que “após a queda do muro de Berlim...as matrizes que configuram o pensamento anglo-americano tornaram-se dominantes no mundo globalizado, enfraquecendo a multipolaridade...” (Marques de Melo, 2012: 10).

Esta hegemonia e este domínio consentido derivam, no seu entender, por um lado da “inércia dos países pertencentes a outros agrupamentos geoculturais, que assimilam e reproduzem as matrizes do pensamento hegemônico” legitimando-o como pensamento único (Marques de Melo, 2012:10).

Lembramos que um campo científico é por natureza um campo de forças e de lutas com vista à sua manutenção ou transformação e no qual a *estrutura de relações objetivas* entre os agentes determina as tomadas de decisão e as posições destes atores dentro do campo. Para compreendermos o que verdadeiramente é dito num determinado campo necessitamos identificar a distribuição do capital científico e o lugar, ou posição dentro desse campo, de onde o agente fala (Bourdieu, 1997: 22-23). A fala de Marques de Melo só pode ser compreendida como uma chamada à concentração de esforços no sentido de autonomizar o pensamento e a pesquisa sobre Comunicação nos países ibero-americanos e lusófonos, mas este chamamento deverá igualmente ser enquadrado na geografia dos interesses destes países, não só na relação que mantém entre si, mas principalmente na que hoje assumem face ao mundo globalizado.

Destacamos nesta geografia de interesses que cerca de 4,6% do PIB mundial fala português e no conjunto dos países ibérico-americanos este valor ascende a mais de 22%. Nestes rácios encontram crescente valor o setor das Tecnologias da Informação e da Comunicação e dos *Media* (conteúdos) (Serafim, 2012). Por outro lado, conforme dados apresentados por Barros relativamente ao espaço ibero-americano, constituído por 23 países, “a Espanha, Portugal, Brasil, México, Argentina e Chile foram responsáveis por 90% das publicações científicas ibero-americanas produzidas entre 2005 e 2009” (Barros, 2012: 149-158), a discrepância acentua-se em outros indicadores – por exemplo, infraestruturas, escolarização e qualificação do capital humano – tornando-se incomparável quando a observação se estende a outros países do espaço lusófono, como Angola, Moçambique ou Cabo Verde.

Assumimos também que a pesquisa em Comunicação no espaço ibero-americano e lusófono deve ser antes de mais “um projeto político, económico e institucional, que se atualiza constantemente como ação e representação” (Barros, 2012: 151), face a outros projetos da globalização.

Neste sentido, esta pesquisa globalizada, tal como todas as pesquisas globalizadas em Ciências Sociais e Humanas, tem uma matriz teórica ancorada preferencialmente na teoria social e na história do pensamento social clássico

que desde o século XIX, no ocidente e nos espaços em que expandiu a sua hegemonia, fundamentou correntes de pensamento e formas de organização social, sem deixar de manifestar um constante pendor crítico. Ressaltamos nestes enquadramentos os contributos advindos da tensão entre valores modernos (ciência, razão e liberdade individual) e tradicionais (instituições sociais e ordem) que alavancaram a imaginação teórica e empírica dos teóricos clássicos europeus, tais como Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber e Georg Simmel. Em seguida, recordamos que elementos da teoria social clássica, nomeadamente o secularismo e o individualismo moral, bem como aspetos específicos do funcionamento de comunidades e grupos, permitiram os trabalhos desenvolvidos por George Mead e Robert Park e aqueles que, nos Estados Unidos, se debruçaram sobre questões da imigração, papel da etnia e relações étnicas. Sem a fundamentação que a teoria social clássica desenvolveu e proporciona os fenômenos sociais tenderiam a ser explicados através de ideias ou princípios que radicam na autoridade de instituições (por exemplo, a família, a escola, a igreja, o exército, o estado, os *media*) com graus diferenciados de legitimidade e poder; na tradição fundada em usos e costumes ancestrais; no senso comum que, por vezes, contém, imbuídos, contradições e preconceitos; e, por fim, nos chamados mitos construídos pelos *media* e o jornalismo (Holton, 2002: 23-49).

No entanto, esta história do pensamento sobre a sociedade que constitui a matriz fundadora dos estudos da Comunicação no ocidente tem vindo a hibridar-se com as contribuições latino-americanas que seguem um percurso predominantemente indutivo, dos fenômenos sociais para a explicação ou inovação teórica, recorrendo contudo às teorias, conceitos e modelos da teoria social clássica. De tal percurso dão conta Meneses e Santos (2010) na obra *epistemologias do sul*, em que procuram confrontar o conhecimento hegemônico científico, originado no *centro*, com outros tipos de conhecimento originados fora do campo da ciência e da cultura ocidentais. A reflexão que produziram vem alertar para as dificuldades de diálogo entre conhecimentos, bem como para a exportação de modelos, a partir do centro, os quais uma vez aplicados de forma cega e em forma de *receitas epistemológicas* em geocontextos culturais, políticos e sociais muito diferenciados, conduzem a frequentes equívocos. Aprofundando esta linha de reflexão, Boaventura de Sousa Santos observa que o mundo ocidental, a que chama norte, não sabe “comunicar ao mundo as suas ideias a não ser de maneira universalizante” e que todas as teorias eurocêntricas foram construídas em “países da Europa: Alemanha, Itália, França, Reino Unido” e, no século XIX, finais do século XX, “nos Estados Unidos” (Santos; Jerónimo; Neves, 2012: 691).

D

A globalização da investigação em Ciências Sociais: o caso dos estudos de comunicação no espaço ibero-americano e lusófono

Salientamos aqui, tal como o fez Appadurai (2001), Alasuutari (1998; 2009), Meneses e Santos (2010), Marques de Melo (2012) e Boaventura de Sousa Santos (2012), que esta afirmação não decorre de uma atitude ou princípio de xenofobia, nem tão pouco de despeito face à competência, indiscutível, do mundo académico ocidental e predominantemente anglo-saxónico. A nossa observação visa, fundamentalmente, reivindicar um aprofundamento da democratização dos estudos da Comunicação num espaço geográfico descontinuo e periférico à globalização dominante, como é o ibero-americano e lusófono, extrapolando as afirmações produzidas nesse sentido, sobre as Ciências Sociais e Humanas, por Appadurai e Meneses e Santos, que consideram nefastos os comportamentos de assimilação de paradigmas estranhos às realidades estudadas e a assunção de enquadramentos teóricos e metodológicos que levem a processos de *colonização pela ciência dos países do centro* (Meneses e Santos, 2010).

Neste âmbito, emergem novos atores, de novas áreas geoculturais produtoras de conhecimento, introdutoras de novas temáticas, olhares, preocupações, formas de expressão e línguas, que estão contribuindo para a introdução de outros objetos de pesquisa, provocando o alargamento da imaginação científica a espaços geográficos e simbólicos até agora academicamente abandonados, ou relegados para um plano secundário. Estes agentes assumem uma atitude que, mantendo o princípio da objetividade acautelado pelas metodologias científicas consagradas na ciência consensualizada, instaura a *rebeldia competente*, isto é, a capacidade de reflexão crítica e analítica capaz de pensar em alternativas e superar o pensamento único (político, económico e científico) constituído (Santos; Jerónimo; Neves, 2012: 687). Ao mesmo tempo, esta atitude reivindica a cidadania global e mudanças na geografia do conhecimento de forma a incorporar países e espaços regionais emergentes da globalização, propondo abordagens e estratégias inovadoras e o estreitamento das relações de proximidade – quer geográfica, ou histórica, quer linguística e cultural, ou de *imaginários comuns* – reforçando os elementos em comum mas, também, respeitando as diferenças.

É neste contexto que poderemos falar do espaço ibero-americano e lusófono de Comunicação, tendo em conta que estas geografias correspondem fundamentalmente à capacidade de imaginar regiões e mundos a partir de uma história, culturas e línguas nem sempre harmoniosamente partilhadas. O desafio situa-se a vários níveis, não só porque há heranças e contenciosos coloniais a dirimir – Portugal e Espanha foram estados colonizadores, mas também periferias da Europa hegemónica – como espaços de partilha a refundar. Neste último aspeto, a situação de crise e austeridade vivida na península

ibérica (2010-2012) e as soluções individuais de muitos dos seus cidadãos, que emigraram para a América Latina, tem vindo a contribuir para esta refundação mental. Do lado da América Latina, as imigrações da década de noventa e da primeira década do milênio demonstraram, igualmente, esta proximidade mental que impulsionou a disposição física de sair do seu país, sem deixar de “estar em casa” (Morley, 2001; Cunha, 2008).

Por outro lado, o ciberespaço e os dispositivos online vieram alargar a esfera pública, centrada no local e na nação, conferindo-lhe uma espacialidade e temporalidade que favorece reencontros “nostálgicos” com memórias, pertencas e exílios de passados até então inimagináveis (Naficy, 1999)³.

A esta aproximação mental e de memórias acresce um crescente intercâmbio de experiências académicas e de pesquisa, a elaboração e execução de projetos conjuntos, assim como a capacidade de agir estrategicamente e concertadamente nos “fóruns tradicionais, influenciando na composição da sua agenda e na compreensão crítica dos fenómenos socioculturais” (Marques de Melo, 2012:11).

3. Cfr: Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, Coimbra: CECS Editor, 2011.

ESTRATÉGIAS DE CONCERTAÇÃO E PLURALIDADE

Aprofundando estas questões, salientamos a necessidade de consolidar, dentro do espaço ibero-americano e lusófono da Comunicação, uma epistemologia que partindo de um corpo teórico de várias matrizes (europeia, ibérica, americana e latino-americana) possa constituir para a compreensão comparada dos fenómenos deste espaço geográfico. Corroboramos as afirmações de Alasuutari (1995: 1-5) que entende a pesquisa como *bricolage*, um conceito utilizado por Lévi-Strauss nos seus trabalhos antropológicos, e aconselha que as metodologias e os princípios teóricos utilizados devem ser selecionados a partir de objetos ou fenómenos empíricos que pretendemos analisar. Explorando este ponto de vista, assumimos que há nesta conceção uma considerável tendência para o *construtivismo social*, no sentido em que o objetivo da pesquisa não será repetir as *verdades* consolidadas mas pô-las em causa, encontrando novos ângulos que expandam os discursos científicos sobre os fenómenos sociais identificados em geografias e contextos diversificados. Assim, entendemos que fazer pesquisas conjuntas no campo da Comunicação no espaço ibero-americano e lusófono é fazer pesquisa em áreas de fronteira teórica e metodológica, onde os pesquisadores e as equipas vão aprendendo a fazer pesquisa, *fazendo pesquisa*, o que não invalida, muito pelo contrário, acentua, o pré-requisito de uma sólida formação teórica e metodológica, acrescida de uma constante autorreflexão e reflexão sobre a diversidade dos contextos, fenómenos e atores.

D

A globalização da investigação em Ciências Sociais: o caso dos estudos de comunicação no espaço ibero-americano e lusófono

As mobilidades de pesquisadores, professores e alunos, os encontros e seminários disciplinares, os projetos temáticos e transversais constituem, neste sentido, um fator de aproximação, conhecimento e partilha de experiências. Salientamos os convênios de mobilidade entre universidades portuguesas, brasileiras e africanas que permitem que alunos troquem experiências em ambientes universitários múltiplos, bem como convênios e protocolos semelhantes entre estes países, a Espanha e países da América Latina. A estas mobilidades estão inerentes esforços com vista à organização de cursos conjuntos de pós-graduação e dupla (ou mais) titulação. A este movimento de cariz mais institucional, juntam-se os projetos conjuntos desenhados a partir de encontros e de mesas temáticas em congressos como o IBERCOM (Congresso Iberoamericano de Comunicação) ou o LUSOCOM (Federação Lusófona de Ciências da Comunicação). As línguas, o português (nas suas variantes), bem como o espanhol (na suas variantes) veem facilitando a circulação de ideias, conceitos e teorias dentro destes espaços geográficos, apesar dos constrangimentos promovidos pela hegemonia da produção anglo-saxônica. Em simultâneo, o aumento de publicações bilingues *online* e em papel, tenderá, como já é perceptível neste momento, a aumentar o grau de familiaridade com as duas línguas, dos cientistas e dos públicos em geral.

Um outro aspeto que é crucial e tem merecido nos últimos tempos renovada atenção são os repositórios de produção acadêmica e científica em espanhol e português, isto é, a necessidade de investir na criação de bases de dados bibliográficas e outras. Embora se tenha assistido a um grande esforço, ainda não é acessível a um falante de português, esteja ele no Brasil ou em Portugal, aceder à produção gerada na Espanha, no México ou em outro país latino-americano. O mesmo é válido, nestes países, para a produção em português ou em espanhol.

O diálogo entre os cientistas destes países fica assim dificultado, na medida em que a bibliografia de acesso universal e localizada pelos motores de busca *online* é em língua inglesa e das grandes editoras que dominam o mercado globalizado. O que não quer dizer que não se coloquem outros constrangimentos a esse diálogo. Por exemplo, em Portugal, a ciência *considerada* pela FCT, deverá falar inglês, e a bibliografia citada deverá estar nessa língua. Se observarmos as publicações portuguesas notamos que há poucas referências a autores brasileiros e o mesmo poderemos dizer, com algumas exceções, a portuguesas, na imensa produção do Brasil⁴. Assim, temos a mesma língua, mas dialogamos pouco, ainda muito pouco, embora se publique cada vez mais textos académicos portugueses no Brasil⁵ e de brasileiros em Portugal⁶ e se caminhe para publicações comuns⁷. Se considerarmos os diálogos com Espanha poderemos concluir que se fizeram, também, progressos em algumas áreas,

4. Cfr. BARBOSA, Marialva. Nelson Traquina e as pesquisas em jornalismo no Brasil. In: Cunha, Isabel Ferin; Cabrera, Ana; Sousa, Jorge Pedro. *Pesquisa em media e Jornalismo: homenagem a Nelson Traquina*. Covilhã: Labcom: 12-26, 2012.

5. Cfr. Estudos em Jornalismo e Media, UFSC, v. 9, nº 2 (2012) *Jornalismo e Midia, aportes portugueses* (<www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/issue/current>).

6. Cfr. Por exemplo, a Revista Media e Jornalismo do Centro de Investigação Media e Jornalismo (<http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=315:revista-media-a-jornalismo-no19&catid=7:numeroda-revista>).

7. Cfr. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona.

como história dos *media*, *marketing* político, comunicação política, comunicação organizacional e *media* digital, mas com os países da América Latina esta relação é praticamente inexistente.

Uma estratégia crucial de aproximação são os encontros focados em temáticas ou objetivos no sentido de construir parcerias entre pessoas e instituições com vista ao desenvolvimento de projetos temáticos em espaços geoculturais específicos⁸. Estes encontros permitem a discussão das bibliografias utilizadas, a aproximação concetual e teórica, bem como a aferição de metodologias, nomeadamente as que se direcionam para a realização de estudos empíricos. Como refere Sumser (2002: 6), as regras de observação determinam o que se chama de pesquisa empírica e esta existe quando as perguntas que se fazem podem ser mais apropriadamente respondidas através da observação do mundo, do que através do pensamento sobre ele. Neste sentido, os projetos temáticos ibero-americanos e lusófonos têm vindo a contribuir não só para a diversificação dos enquadramentos teóricos, como para a identificação de objetos de pesquisa e o *treinamento conjunto do olhar* através de regras de observação, fundadas em experiências sistematizadas. Estamos, por isso, perante a aprendizagem de uma metodologia compreensiva, com base indutiva, geradora de um percurso de descoberta, em que as variáveis potencialmente explicativas do funcionamento social são colocadas no contexto da descoberta. Esta focagem em encontros setoriais e temáticos elimina a dispersão dos megaeventos internacionais, obrigando os participantes a intervir ativamente na produção e divulgação de resultados, bem como na produção de metodologias próprias. A criação de um banco de perfis de instituições e de investigadores no espaço ibero-americano e lusófono da Comunicação traria enormes vantagens para identificar parceiros e áreas de interesse, ajudando assim à constituição de parcerias, não só dentro deste espaço geocultural, como no exterior.

Outro fator importante para a globalização da pesquisa acadêmica em Comunicação realizada no espaço ibero-americano e lusófono é a sua divulgação em inglês. Entendemos que a produção tem que ser, preferencialmente, em espanhol e português fazendo destas línguas latinas, línguas de ciência⁹. Entretanto, esta questão não invalida a divulgação do conhecimento produzido na língua franca atual, o inglês. Assim, deveríamos apostar coletivamente – reforçando as experiências que já existem – no lançamento e na qualidade de publicações *online* que constituíssem a montra da nossa *indústria de conhecimento* em Ciências Sociais e, particularmente, na Comunicação, promovendo assim, de forma independente do olhar do centro, as epistemologias adequadas à compreensão dos nossos fenômenos e as agendas que nos marcam o cotidiano.

8. Cfr. Por exemplo, o Projeto Observatório da Ficção Ibero-Americana (Obitel) que congrega 11 países e cerca de 50 pesquisadores ativos. <www.eca.usp.br/cetvn/obitel.html>

9. Cfr: Observatório da Língua Portuguesa “Quanto vale a língua portuguesa” (<www.observatorio-lp.sapo.pt/>).

Concluindo, consideramos que a globalização da pesquisa, nomeadamente em Comunicação, trouxe oportunidades de afirmação teórica e metodológica a espaços regionais alargados, como o ibero-americano e lusófono. O caminho a percorrer é complexo e envolve *rebeldias competentes* face aos interesses instalados da ciência dominante, não só na identificação de objetos e fenômenos particulares a estes espaços, como relativamente às *bricolages* metodológicas capazes de os interpretar. O número e a qualidade de atores envolvidos, a diversidade e o hibridismo das suas raízes históricas e culturais, mas simultaneamente a proximidade do seu imaginário permitem pensar num crescente e inovador património teórico e metodológico em Comunicação vocacionado para o conhecimento das nossas sociedades e o aprofundamento da cidadania participativa.

Neste sentido, os cientistas da comunicação deverão ser rebeldes competentes e autorreflexivos, como propõe Boaventura de Sousa Santos (2012), aprendendo com os erros do passado e do presente, procurando a objetividade, mas não a neutralidade, e engajando-se em alternativas de conhecimento que possam contribuir para sociedades mais justas e para uma cidadania global. **M**

REFERÊNCIAS

- ALASUUTARI, Pertti. *An invitation to social research*. London: Sage, 1998.
- . *Researching culture: qualitative method and cultural studies*. London: Sage, 1995.
- APPADURAI, Arjun (coord.). *Globalization*. Durhan: Duke University Press, 2001.
- BARKER, Chris. *Global television*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.
- BARROS, José Márcio. Diversidade cultural: algumas reflexões à luz do debate sobre o espaço ibero-americano. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; MARQUES DE MELO, José. *Comunicação ibero-americana: sistemas mediáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: ECA/CONFIBERCOM, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- CUNHA, Isabel Ferin. *Análise dos media*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012.
- . Usos e consumos da televisão e da internet por imigrantes. *Revista Comunicação & Cultura*. n. 6, p. 81-103. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2008.
- HOLTON, Robert J. Teoria Social Clássica. In: TURNER, Bryan Stanley. (Ed.). *Teoria Social*. p. 23-49. Lisboa: Difel, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *Europe in the global age*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University Press, 1972.
- MARQUES DE MELO, José. Prólogo. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; MARQUES DE MELO, José. *Comunicação ibero-americana: sistemas mediáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: ECA/CONFIBERCOM, 2012.

- MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2010.
- MORLEY, David. *Belongings: place, space and identity in a mediated world*. Copenhagen: University of Copenhagen, Department of Film & Media Studies, 2001.
- NAFICY, Hamid (ed.). *Home, exile, homeland: film, media, and the politics of place*. London: Routledge, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Conhecimento prudente para um futuro decente: 'Um discurso sobre as ciências revisitado'*. Porto: Afrontamento, 2003.
- _____.; JERÓNIMO, Helena M.; NEVES, José. O intelectual de retaguarda. *Análise Social*. V. XLVII (3º). v. 204, p. 685-711, 2012.
- _____. Between prospero and caliban: colonialism, postcolonialism and inter-identity. *Luso-Brazilian Review*, v. XXXIX. n. 24, p. 10-43. Wisconsin: University of Wisconsin, 2002.
- SUMSER, Joseph. *A guide to empirical research in communication*. London: Sage, 2002.

Endereços eletrônicos:

- ALASUUTARI, Pertti. *Universities are 'no innovation factories'*. Academy of Finland, 2007. Disponível em: <<http://www.aka.fi/en-GB/A/Academy-of-Finland/Blogit/Pertti-Alasuutari-Universities-are-no-innovation-factories/>>. Acesso em: junho 2010
- SERAFIM, Ana. 4,6% do PIB mundial fala português. *Jornal Sol*. Lisboa, 8 abril 2012. Disponível em: <http://sol.sapo.pt/inicio/Economia/Interior.aspx?content_id=46181>. Acesso em: 13 abril 2013.

Artigo recebido em 01 de fevereiro de 2013 e aprovado em 12 de março de 2013.